IMPACTOS DA NOVA LDB NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

VALDETE APARECIDA DA CRUZ MODENEZ

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos positivos das políticas de educação inclusiva da nova LDB nas escolas de ensino fundamental do Brasil, destacando avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência. Essa abordagem permite demonstrar que, apesar dos desafios existentes, as medidas inclusivas proporcionam maior acessibilidade, aprendizado conjunto e aceitação. Diante disso, busca responder a seguinte problemática: Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas de do Ensino Fundamental na implementação das políticas de educação inclusiva da nova LDB e quais estratégias podem ser empregadas para maximizar os resultados positivos da inclusão? Assim, optou-se por uma pesquisa bibliográfica de metodologia qualitativa para fundamentação através de artigos científicos, livros e documentos institucionais. Dessa forma conclui-se que estratégias como programas de formação continuada para educadores, alocação de recursos específicos e adaptações curriculares podem ser identificadas como meios eficazes para superar esses desafios e melhorar ainda mais a inclusão educacional no contexto das escolas de ensino fundamental no Brasil.

Palavras-chave: Nova LDB. Inclusão. Ensino Fundamental.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the positive impacts of the new LDB's inclusive education policies on Brazil's primary schools, highlighting significant advances in the inclusion of students with disabilities. This approach demonstrates that, despite the existing challenges, inclusive measures provide greater accessibility, joint learning and acceptance. It therefore seeks to answer the following question: What are the main challenges faced by primary schools in implementing the inclusive education policies of the new LDB and what strategies can be employed to maximize the positive results of inclusion? We therefore opted for a qualitative bibliographical study based on scientific articles, books and institutional documents. The conclusion is that strategies such as continuing education programs for educators, the allocation of specific resources and curricular adaptations can be identified as effective means of overcoming these challenges and further improving educational inclusion in the context of primary schools in Brazil.

Keywords: New LDB. Inclusion. Primary Education.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe mudanças significativas no panorama educacional brasileiro, impactando diversos aspectos do sistema de ensino, inclusive a abordagem à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino fundamental. Diante desse cenário, tornou-se fundamental investigar e compreender os efeitos dessas transformações na prática da educação inclusiva, avaliando como a Nova LDB tem influência positiva ou apresentada desafios à efetiva participação e aprendizado desses alunos.

Este artigo tem como foco o impacto positivo das políticas de educação inclusiva da Nova LDB nas escolas de ensino fundamental do Brasil, destacando avanços significativos na inclusão de alunos com deficiência. Essa abordagem permite demonstrar que, apesar dos desafios existentes, as medidas inclusivas proporcionam maior acessibilidade, aprendizado conjunto e aceitação.

Sendo assim, a avaliação abrangente dessas políticas, considerando seu impacto social e educacional, reforça a importância de uma educação inclusiva para a formação de uma sociedade mais equitativa, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade contínua de aprimoramentos para garantir que todos os alunos tenham oportunidades igualitárias de aprendizado.

Nesse contexto, o presente artigo se propôs avaliar o impacto das políticas de educação inclusiva da Nova LDB nas escolas de ensino fundamental do Brasil, com foco na inclusão de alunos com necessidades especiais. A pesquisa buscou também analisar as diretrizes para a educação inclusiva, destacar os desafios enfrentados pelas escolas com a inclusão de crianças com necessidades especiais, bem como compreender o papel do professor nesse processo e, por fim, propor estratégias para maximizar os resultados positivos da inclusão, contribuindo para o entendimento do papel da Nova LDB na promoção de uma educação inclusiva de qualidade no ensino fundamental do país.

Diante disso, busca responder a seguinte problemática: Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas do Ensino Fundamental na implementação das políticas de educação inclusiva da nova LDB e quais estratégias podem ser empregadas para maximizar os resultados positivos da inclusão?

Acredita-se que os principais desafios enfrentados incluem a falta de capacitação adequada para professores, recursos insuficientes e barreiras de infraestrutura, mas

estratégias como programas de formação continuada para educadores, alocação de recursos específicos e adaptações curriculares podem ser identificadas como meios eficazes para superar esses desafios e melhorar ainda mais a inclusão educacional no contexto das escolas de ensino fundamental no Brasil.

Ao analisar os impactos da LDB na educação inclusiva dos alunos no ensino fundamental, considerando tanto as conquistas quanto as lacunas que podem surgir em decorrência dessa legislação e compreender como as diretrizes da nova lei se traduzem em práticas reais nas salas de aula inclusivas, é possível explorar de que maneira as mudanças legais têm contribuído para a criação de ambientes educacionais mais igualitários e preparados para atender às necessidades dos estudantes.

Ao lançar luz sobre esse tema, o artigo buscou promover uma discussão embasada e construtiva sobre os avanços até o momento e os desafios remanescentes na busca por uma educação inclusiva de qualidade. Para fundamentar este artigo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica de metodologia qualitativa através de artigos científicos, livros e documentos institucionais.

Para tanto, este artigo foi dividido em 4 capítulos onde, primeiramente, foi feita uma análise detalhada da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com foco nas políticas e diretrizes que dizem respeito à educação inclusiva. O segundo capítulo examinou o impacto prático das políticas de educação inclusiva da Nova LDB nas escolas de ensino fundamental no Brasil. O terceiro capítulo abordou os desafios específicos enfrentados pelas instituições de ensino na implementação das políticas de educação inclusiva da Nova LDB. O quarto e último capítulo abordou propostas estratégias e melhores práticas para superar esses desafios, a fim de maximizar os resultados positivos da inclusão.

Esses capítulos fornecerão uma base sólida para a discussão dos resultados da pesquisa, permitindo uma análise abrangente do impacto das políticas de educação inclusiva da Nova LDB nas escolas de ensino fundamental no Brasil, bem como das implicações práticas e das áreas de melhoria identificadas.

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nas últimas cinco décadas, de acordo com Júnior (2012), o avanço da inclusão desempenhou social um papel crucial na formulação de políticas e regulamentações que suportaram a criação de iniciativas e recursos voltados para a assistência a indivíduos com necessidades educativas singulares. Esses esforços têm proporcionado um ambiente propício à adaptação dessas pessoas em estruturas sociais tradicionais, proporcionando-lhes oportunidades equiparadas na sociedade que, de outra forma, as excluem.

Um marco significativo na promoção da educação inclusiva no Brasil foi alcançado por meio da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394 (Brasil, 1996). Essa lei, em conformidade com os princípios da Constituição Federal, assegura a igualdade de direitos para todos.

Segundo as assertivas de Mendes (2019), a partir das disposições contidas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, foram fortalecidos os fundamentos da abordagem inclusiva no âmbito escolar. Em relação ao Programa de Apoio à Educação Especial (PAEE), ficou estabelecido de maneira legal o direito à inscrição em estabelecimentos de ensino público convencional, sendo que dois aspectos se sobressaem dentro do conjunto normativo: o termo "preferencialmente" e a expressão serviço de “atendimento educacional especializado" (AEE).

Mendes (2019) aponta que a formulação "atendimento educacional especializado" foi adotada pelo legislador com o propósito de comunicar a ideia de que simplesmente integrar os alunos em salas de aula convencionais não seria suficiente, e que esses estudantes demandariam assistência suplementar para seus requisitos singulares de aprendizado.

Essa terminologia foi selecionada em contraposição à expressão "Educação Especial", provavelmente para evitar a compreensão de vinculações a caminhos tradicionais, uma vez que esta última estava associada à instrução em ambientes segregados e estabelecimentos especializados. Portanto, segundo Mendes (2019), o termo "atendimento educacional especializado" teve a intenção de representar um tipo de apoio distinto em relação ao que havia sido previamente instruído, visando fornecer suporte à educação de alunos matriculados em turmas regulares de instituições escolares convencionais.

O tópico da educação inclusiva de acordo com De Oliveira e Jiménez (2016), tem sido objeto de extensos debates nos fóruns concernentes à prestação de serviços educacionais para crianças com necessidades especiais. A despeito do que é explícito na Constituição Federal, conforme estabelecido pelo Brasil (1988), que proclama a educação como um direito universal e uma responsabilidade estatal, assegurando que o ensino seja mantido com base no princípio da equidade para garantir a acessibilidade e permanência na escola, muitas crianças que apresentam algum tipo de deficiência ainda

não estão desfrutando plenamente de seus direitos.

De acordo com Noronha e Pinto (2014, p.3), a área da educação especial se dedica ao cuidado e à instrução de portadores de deficiências e desordens abrangentes do desenvolvimento em instituições especializadas. Essa modalidade educacional é estruturada com o propósito de oferecer atenção especialmente voltada para estudantes com exigências singulares, contando com a participação de profissionais como instrutores físicos, professores, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), os sistemas educacionais direcionam-se no sentido de fornecer um ambiente inclusivo para o atendimento de crianças com demandas especiais, viabilizando sua integração junto às demais crianças no contexto escolar.

Para tanto, o artigo 58 da LDB (1996) define, para os efeitos desta legislação, a educação especial como uma forma de ensino escolar, preferencialmente disponibilizada na rede de ensino convencional, dirigida a estudantes que apresentem necessidades especiais. Nesse contexto, o artigo 59 da LDB (1996) estabelece também que os sistemas educacionais garantem direitos às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, superdotação, entre outros aspectos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, presentes na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, afirmam que no Brasil (2001), é determinado que os sistemas de ensino devem estabelecer e operar um departamento dedicado à educação especial. Esse departamento deve ser equipado com recursos humanos, materiais e financeiros adequados para garantir e fortalecer a implementação do processo de educação inclusiva.

Por meio das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o Ministério da Educação explicou que a abordagem tradicional da educação especial tem se concentrado exclusivamente em atender a alunos com deficiências (intelectuais, visuais, auditivas, físico-motoras e múltiplas), bem como alunos que demonstraram comportamentos associados a síndromes e condições psicológicas, neurológicas ou psiquiátricas, além daqueles com habilidades inscritas ou superdotação.

Conforme destacado por Sassaki (1997, p. 167), a inclusão social é delineada como um processo no qual a sociedade e os indivíduos com deficiência buscam uma adaptação recíproca. Isso é realizado com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades e, por conseguinte, promover uma sociedade inclusiva para todos. Nesse contexto, a inclusão implica que a sociedade deve ajustar-se às necessidades das pessoas com deficiência, viabilizando o pleno desenvolvimento em todas as facetas de suas vidas.

Atualmente, uma abordagem da educação especial tem se expandido, incorporando ações que englobam desafios de aprendizagem relacionados a dificuldades cognitivas, psicomotoras e comportamentais. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), isso inclui condições como dislexia e problemas relacionados, bem como questões relacionadas à atenção, percepção, aspectos emocionais, memória, processos cognitivos, habilidades psicolinguísticas, psicomotricidade e comportamento. Além disso, também abrange fatores ambientais e socioeconômicos, como adversidades de natureza sociocultural e nutricional

Apesar do progresso alcançado por meio das legislações, é evidente no ambiente escolar do dia a dia que se deparam com vários obstáculos na efetivação desse processo inclusivo, sobretudo nas instituições de Educação Infantil. Isso suscita uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelos educadores no tocante à integração nas escolas públicas.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ESCOLAS COM A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A categorização de formas específicas de deficiência passou a ter uma relevância secundária na abordagem global dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, resultando em uma ampliação do grupo de alunos que deveriam ser assistidos de alguma maneira. Isso se dá pelo fato de que, atualmente, a definição também abrange quaisquer obstáculos temporários no contexto escolar.

De acordo com a pesquisa conduzida por Glat, Ferreira, Oliveira e Senna (2003), os desafios atuais relacionados à Educação Inclusiva no contexto brasileiro estão focalizados na necessidade de estabelecer mecanismos sistemáticos para avaliação, condução de investigações de natureza tanto qualitativa quanto quantitativa para demonstrar os desenvolvimentos dos programas implementados e identificação de casos bem-sucedidos.

Os autores também destacam a importância de promover maneiras nas quais as comunidades escolares podem estar envolvidas na formulação de planos estratégicos de ação destinados a ampliar a inclusão em suas instituições de ensino. Isso envolve considerar e aproveitar os recursos já disponíveis, considerando as características específicas do contexto e da região.

Na percepção de Kelman (2010), surge outra questão muito significativa em relação à mobilidade, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança no ambiente escolar. Segundo o autor, é necessário estabelecer mecanismos que aprimorem e otimizem esse processo. É evidente a carência de proteção ajustes nas instalações escolares para acomodação de alunos com diversas deficiências, uma vez que a maioria dessas instalações é caracterizada por estruturas antigas e de qualidade insuficiente. Isso resulta em deficiências no processo de acolhimento desses alunos.

É nesse cenário que se desvenda o emergente âmbito de atuação da Educação Especial. A abordagem não se direciona à simples adoção de abordagens e práticas especializadas no contexto da turma comum, mas sim à configuração de um sistema de assistência contínuo e eficaz para os alunos com necessidades especiais que foram integradas, assim como para seus educadores.

Conforme destacado por Sousa e Nascimento (2018), os obstáculos limitados à educação inclusiva abarcam a necessidade de efetivar um ensino de excelência que alcance todos os estudantes, abrangendo tanto o acesso quanto a permanência, e ofertas de abordagens educacionais adaptadas por meio de mudanças na dinâmica cotidiana da escola. Com isso, a Educação Especial não é mais conceituada como um sistema educativo separado ou isolado, mas sim como um conjunto de ferramentas que uma escola regular deve estar equipada para oferecer, a fim de abranger a variedade de alunos presentes em sua comunidade educativa.

No entanto, a escola inclusiva deve ser preparada para elaborar um currículo flexível, adaptado para atender às necessidades individuais de cada criança com requisitos especiais (BARBOSA; BEZERRA, 2021). É necessário também contar com recursos físicos que possam satisfazer as preferências de cada estudante, como abordado por Kelman (2010). Além disso, a instituição deve empregar profissionais com formação especializada para orientar as crianças e os adolescentes, ao mesmo tempo que adquire as competências e habilidades essenciais para o ambiente escolar. Como uma entidade inserida na sociedade, a escola não pode se manter neutra em relação à realidade social.

Conforme observado por Carmo (2011), em meio a diversos desafios, surge uma questão significativa para a inclusão no contexto escolar, a necessidade contínua de aprimoramento profissional dos educadores. Isso se deve ao fato de que a maioria deles não está preparada para lidar com os novos cenários de inclusão que surgem nas salas de aula regulares.

Apesar do aumento do reconhecimento da Educação Inclusiva como abordagem de destaque para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, na prática, esse modelo ainda não se localiza de maneira generalizada e amplamente aceita em nosso país como uma estratégia educacional difundida e compartilhada. Embora nos últimos anos tenham surgido iniciativas promissoras, a grande maioria das redes de ensino ainda não possui bases institucionais essenciais para torná-la uma realidade concreta.

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Quando abordamos a Inclusão na educação básica, a temática se torna mais intrincada, uma vez que diversas crianças ingressam nesse estágio educacional com particularidades especiais, porém sem um diagnóstico estabelecido.

No entanto, conforme apontamentos de Mantoan (2007), é responsabilidade da instituição escolar fomentar essa integração, procurando desenvolver abordagens que simplifiquem o processo de aprendizagem. Isso ocorre porque a inclusão representa um desafio que, ao ser premiado pela escola convencional, resulta em um aprimoramento na qualidade do ensino fundamental e superior. A plena concretização do direito à educação para alunos com e sem deficiência requer que a escola evolua suas abordagens, a fim de acomodar de forma efetiva as diversidades presentes.

Assim sendo, torna-se essencial que o educador esteja constantemente em processo de capacitação, reconhecendo que cada grupo de estudantes possui suas particularidades, não havendo mais espaço para a espera de soluções pré-estabelecidas.

Com o propósito de proporcionar um ensino de excelência para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, uma instituição educacional deve habilitar seus protetores, prevenir, se estruturar e, em última instância, ajustar-se. Em conformidade com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), a inclusão não se limita a inscrever os alunos com necessidades especiais na turma regular, negligenciando suas demandas distintas; significa, sim, fornecer aos professores e à escola o respaldo essencial para sua prática pedagógica.

Para estabelecer uma instituição educacional capaz de suprir adequadamente as necessidades de alunos com diversas características, habilidades e ritmos de aprendizagem, não é suficiente apenas contar com os profissionais comuns encontrados em uma escola tradicional. É necessário que esses profissionais, especialmente os professores, sejam treinados especificamente para desempenhar esse papel, respondendo às necessidades individuais de cada aluno de

maneira eficaz.

Diante desse contexto, a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fortalece, em seu artigo 62, estabelece a importância da capacitação dos educadores que atuam no âmbito da educação básica. Esta formação é realizada por meio de cursos de licenciatura em nível superior, ministrados por universidades e institutos superiores de educação. Além disso, é permitida, como qualificação mínima para lecionar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação oferecida em nível médio, na modalidade normal.

O docente desempenha o papel de facilitador entre o estudante e o saber, incumbindolhe criar cenários educativos nos quais os alunos encarregados de educação educacional especial transcendem as noções extraordinárias, explorando o seu potencial humano, emocional, social e intelectual, assim rompendo as barreiras que se interpõe.

Para que isso seja possível, segundo Minetto (2008), o educador deve antecipar sua organização, realizar um planejamento minucioso das atividades e documentar as abordagens bem-sucedidas. Em seguida, é fundamental revisitar esses registros para identificar possíveis melhorias. É necessário avaliar os resultados e observar de que maneira todas as ações educacionais estão contribuindo para o progresso de todos os alunos.

Em concordância com a citação anterior, os profissionais que aspiram a promover uma educação de qualidade devem demonstrar sensibilidade diante das diversas características de seus alunos, se esforçando para desempenhar sua função de maneira imparcial e colaborativa, fundamentada na valorização mútua, com o propósito de erradicar qualquer forma de discriminação. Isso visa moldar indivíduos conscientes, aptos a conviver harmoniosamente com a diversidade.

De acordo com Zimmermann (2008), diversos educadores enfrentam desafios ao lidar com a diversidade, manifestando insegurança na execução de suas responsabilidades. Isso ocorre porque não há uma abordagem definitiva para o ensino diante das particularidades que cada aluno apresenta, independentemente de serem estudantes com deficiência ou não.

Zimmermann (2008) também aponta que a batalha em prol da escola inclusiva, apesar de provocar resistência e, em alguns casos, gerar apreensão na comunidade escolar, uma vez que implica transformações nos hábitos e nas mentalidades, nos convida a considerar e aceitar que se trata de um posicionamento de natureza social. Esse posicionamento assegura a equidade na existência, orientada pela valorização das diversidades.

Segundo as considerações de Mantoan (2004), a inclusão emerge a partir de uma educação diversificada, democrática e disruptiva. Ela desencadeia uma transformação no cenário escolar, mais especificamente, uma reviravolta na identidade institucional, desestabilizando também a identidade dos professores, ao mesmo tempo em que redefine o sentido da identidade do aluno. Na escola inclusiva, o estudante assume um papel distinto, tornando-se um sujeito desprovido de uma identidade rigidamente moldada por padrões ideais e fundamentais.

Além disso, o corpo docente desempenha um papel essencial na expansão dos currículos, promovendo sua adaptação para se adequar às necessidades específicas dos alunos. Essa abordagem requer uma superação de visões tradicionalistas, enfatizando a inclusão como um processo de integração social que transcende barreiras. O objetivo é fomentar o desenvolvimento do conhecimento, ao mesmo tempo que se estabelece uma base para uma escola integralmente imbuída dos princípios de inclusão.

ESTRATÉGIAS PARA MAXIMIZAR OS RESULTADOS POSITIVOS DA INCLUSÃO

A implementação eficaz da inclusão no ensino fundamental exige abordagens estratégicas cuidadosamente planejadas, que considerem a diversidade de necessidades dos alunos e promovam um ambiente educacional acolhedor e igualitário. Neste capítulo, exploraremos algumas estratégias-chave que podem maximizar os resultados positivos da inclusão, levando em consideração as diretrizes condicionais da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O conceito de escola inclusiva, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (Brasil, 1998), requer uma transformação na abordagem da escola convencional. Esta transformação se reflete no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino da instituição. Tais mudanças visam promover a inclusão social e adotar práticas educativas diversificadas para atender às necessidades de todos os estudantes. Em uma escola inclusiva, a valorização da diversidade supera a busca pela uniformidade.

As estratégias pedagógicas fazem parte do cenário cotidiano da sala de aula e das atividades diárias dos educadores, visto que cada professor elabora seu próprio estilo de ensino e abordagem com os alunos. Nesse contexto, os métodos educacionais podem ser naturalmente moldados pelos professores de maneira mais consciente e coesa, com o objetivo de promover o crescimento cognitivo dos estudantes.

Uma escola convencional tem a res-

ponsabilidade de ser um ambiente inclusivo, proporcionando a todos os alunos igualdade de oportunidades de aprendizagem. Segundo Mendes (2010, p.34), as diretrizes fundamentadas na Educação Inclusiva são apontadas como a única abordagem com capacidade de contribuição para o avanço na Educação

Especial brasileira.

Assim, a personalização do currículo deve acomodar as necessidades individuais dos alunos. Isso pode incluir adaptações nos materiais didáticos, na metodologia de ensino e na avaliação. A utilização de recursos audiovisuais, materiais táteis, tecnologia assistiva e linguagem visual pode tornar o conteúdo mais acessível a todos os alunos. Além disso, a promoção de atividades práticas e projetos interativos pode engajar os estudantes de maneira significativa, incentivando sua participação ativa na aprendizagem.

Conforme destacado por Irvine e Lynch (2009), isso implica que os educadores devem ajustar suas instruções para atender às diversas necessidades de cada estudante. Cada aluno apresenta necessidades individuais que requerem atenção, a fim de possibilitar um processo de aprendizagem eficaz em qualquer contexto de sala de aula.

Nos estudos de Grindle et al. (2012), foram comprovadas abordagens inclusivas, revelando a presença de sete elementos compartilhados em ambientes educacionais inclusivos de sucesso. Esses foram identificados como os sete pilares essenciais da inclusão e compreendem: liderança visionária, colaboração, respaldo aos professores e alunos, participação ativa dos pais, reenquadramento da avaliação, níveis adequados de financiamento, além de adaptação curricular e práticas instrucionais práticas.

Diante disso, Fumegalli (2012) destaca que nesse procedimento, o educador tem a oportunidade de analisar minuciosamente sua abordagem pedagógica, as táticas empregadas na promoção da aprendizagem dos estudantes, bem como os êxitos e equívocos associados, permitindo um aprimoramento mais preciso e ajustado do seu método de ensino, alinhando-o às demandas individuais dos alunos.

Fumegalli (2012) também compreende que o docente precisa estar disposto a enxergar ou ser singular, contemplando todas as suas habilidades e perspectivas, tal como faz com qualquer outro indivíduo. A diversidade que nos caracterizamos revela particularidades únicas, e é no desejo por facilidades, colaboração e reconhecimento que todos partilhamos, dentro de um contexto de igualdade de oportunidades e não de mera produção padronizada. Nesse sentido, a educação assume a responsabilidade de estabelecer condições para que a criança edifique seu saber e evolua enquanto cidadã, compreendendo seus deveres e adquirindo a habilidade de reivindicar seus direitos.

De acordo com Fumegalli (2012), a efetivação da inclusão não é orientada por um conjunto fixo de diretrizes, mas estamos imersos em uma era de aprimoramento construtivo do sistema educacional. Neste contexto, há uma discussão ativa e análise das práticas desejadas, ancoradas em vivências e pesquisas conduzidas por diversos educadores comprometidos com essa transformação.

Dessa forma, as escolas devem se esforçar para eliminar barreiras arquitetônicas, promover a diversidade cultural e criar espaços onde a interação entre alunos com e sem deficiência seja facilitada. Incentivar a participação em atividades extracurriculares, clubes e projetos colaborativos pode fortalecer os laços entre os estudantes, fomentando a compreensão mútua e o respeito pelas diferenças.

No entanto, a inclusão não se limita às paredes da escola; ela se estende à família e à comunidade. Estabelecer uma comunicação eficaz com os pais ou responsáveis é fundamental para compreender as necessidades específicas de cada aluno e alinhar esforços na promoção de sua aprendizagem. Além disso, a colaboração com organizações locais, profissionais de saúde e instituições de apoio pode enriquecer a oferta de recursos e serviços para os alunos com necessidades especiais.

É imperativo enfrentar facilmente o desafio que envolve a inclusão no ambiente escolar e implementar efetivamente os métodos que tornam uma realidade. Consequentemente, é essencial contribuir para uma reforma substancial e organizacional em nossas instituições educacionais. Nossa meta é estabelecer uma escola que seja proficientemente apta a proporcionar oportunidades de aprendizado, cultivando a habilidade de conviver harmoniosamente com as diversidades, e, por conseguinte, nutrir uma formação integral de um cidadão.

Em suma, a maximização dos resultados positivos da inclusão requer um compromisso coletivo e contínuo em oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos. Ao implementar estratégias de formação, adaptação curricular, criação de ambientes inclusivos e fortalecimento de parcerias, as escolas podem efetivamente cumprir o propósito da Nova LDB e garantir que cada aluno alcance seu pleno potencial, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação na educação

inclusiva dos alunos no ensino fundamental revela um cenário de avanços significativos e desafios anteriores. A legislação, ao destacar a importância da inclusão e ao fornecer diretrizes claras para sua implementação, tem impulsionado a transformação das práticas educacionais, permitindo uma maior conscientização sobre a diversidade e a necessidade de adaptações pedagógicas individualizadas. Contudo, o processo de efetivação dessa inclusão ainda encontra obstáculos, como a falta de recursos adequados, a formação insuficiente de professores e a necessidade de infraestrutura adaptada.

No contexto das necessidades especiais, o respaldo deve se estender não apenas por parte das escolas, mas também abranger a sociedade e a família. Apesar das dificuldades observadas no toque à inclusão, continuamos mantendo uma convicção na visão de uma educação inclusiva de alta qualidade. Isto se deve à presença de profissionais altamente capacitados, corajosos e comprometidos em desafiar as normas preestabelecidas pela sociedade. Agora, compete às autoridades educacionais garantir o cumprimento das leis em todas as instituições, a fim de salvaguardar a dignidade humana e o sucesso da inclusão.

É evidente o progresso especializado nas instituições educacionais em relação à integração de alunos com necessidades educacionais especiais. Isso tem impelido os educadores a explorar novos paradigmas e abordagens de ensino, passando à inclusão plena dentro do ambiente educacional convencional. Este compromisso resulta no aprimoramento da autonomia e independência dos alunos em questão.

Foi possível compreender que a Educação Inclusiva representa um compromisso com a equidade e a ausência de discriminação ao garantir a todos um acesso igualitário à educação, participação, direitos e deveres igualmente. Isso contribui para a redução das disparidades e a promoção da erradicação de preconceitos. Esse processo se desenvolve enfrentando desafios para atender às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes nas escolas regulares. A escola deve ser um ambiente onde essas crianças possam fortalecer sua autoconfiança, permitindo-lhes expressar seus próprios desejos sem depender de outrem, construindo assim um futuro em harmonia com suas posições sociais, junto de seus colegas.

Ficou evidente que é responsabilidade do professor conduzir suas atividades com foco na garantia do direito à igualdade e às oportunidades para todos os alunos. Isso não implica adotar um único método de ensino, mas sim ter a capacidade de fornecer a cada indivíduo o suporte mais adequado às suas necessidades, levando em consideração suas características, interesses e habilidades.

Novamente evidenciou-se a relevância do professor nesse empreendimento, visto que é por meio dele que os alunos internalizam a capacidade de conviver harmoniosamente com a diversidade e as discrepâncias dentro da sala de aula. Esse papel do professor é fundamental para conduzir o ensino com ênfase na compreensão e no respeito mútuo, fomentando um ambiente livre de discriminação, uma vez que não há indivíduos superiores ou inferiores devido às suas particularidades. O que efetivamente existe são variações que serão superadas.

Em última análise, torna-se evidente a necessidade de adaptar as estruturas das instituições educacionais. Devido à ausência de acessibilidade para crianças com deficiência física, é incumbência da escola disponibilizar materiais e um ambiente físico adequado para atender às suas necessidades.

Portanto, fica evidente que uma jornada em direção a uma educação inclusiva plena é contínua e requer esforços coordenados de todos os envolvidos no processo educacional. A LDB apresentou o alicerce necessário para a construção de um sistema mais inclusivo, porém, é imperativo que as políticas públicas sejam continuamente aprimoradas, os educadores recebam formação abrangente e os recursos sejam alocados de maneira adequada para garantir que cada aluno seja atendido de maneira integral e individualizada. A educação inclusiva não é apenas um requisito legal, mas também uma expressão do compromisso de uma sociedade em criar um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade, formando os alunos para se tornarem cidadãos participativos e empoderados em um mundo plural.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspecti-vas/article/view/5871. Acesso em: 5 ago. 2023

BRASIL. LDB nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Conselho Nacional de Educação. Brasília-DF: SEB/MEC. 23 p., 1996.

BRASIL. Resolução nº 1/0. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. In: Conselho Nacional de Educação. Brasília-DF: CEB/MEC. 3 p., 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na

Educação Básica/Secretaria de Educação Especial –MEC:SEESP,2001

CARMO, A. A. Inclusão escolar – roupa nova em corpo velho. Integração. Brasília:

MEC/SEESP, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

DE OLIVEIRA, Ademir Guilherme; JIMÉNEZ, Luis Ortiz. A educação inclusiva no contexto da educação básica. Revista Científica de Iniciación a La Investigación, v. 1, n. 1, 2016.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pósLDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. Inclusão Escolar: O desafio de uma educação para todos? Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí – RS, 2012.

GRINDLE, C. F; HASTINGS, R. P; SAVILLE, M; HUGHES, J. C, HUXLEY K, KOVSHOFF H.

et. al. Resultados de um modelo de educação comportamental para crianças com autismo em um ambiente escolar convencional. Behav Modif, 2012; 36: 298-319 [PMID: 22569577 DOI: 10.1177/0145445512441199]

IRVINE, A. N; LYNCH, S. L. Educação inclusiva e melhores práticas para crianças com transtorno do espectro do autismo: uma abordagem integrada. International Journal of Inclusive Education, 13(8)m 845-859. Doi: 10.1080/13603110802475518, 2009.

MENDES JÚNIOR, Edson; TOSTA, Estela Inês Leite. anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos. Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação. Caxias do Sul, RS, 2012.

KELMAN, C. A. Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar. Brasília: Editora UnB, 2010.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

_____. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz? São Paulo: Moderna, 2003.

MINETTO, M. F. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ª éd. Curitiba: IBPEX, 2008.

MENDES, E. G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 27(22). 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.3167. Acesso em: 10 ago. 2023

MENDES, E. G. et al. Formação de professores na perspectiva da inclusão escolar: uma nova proposta de formação. In: MENDES, E.; ALMEIDA, M. A. (Org.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Junqueira &Martins. Araraquara, S.P, 2010.

NORONHA, E. G.; PINTO, C. L. Educação especial e educação inclusiva: Aproximações e convergências. Artigo SEDUC. Cuiabá-MT. 2014. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br. Acesso em: 17 ago. 2023.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SOUSA, N. M.; NASCIMENTO, D. A inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. Educação & Formação, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/859. Acesso em: 20 ago. 2023.

ZIMMERMANN, Elisete Camargo. Inclusão escolar. Jornal de debates. São Paulo, v. 3, 2008